



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640205 - SP (2021/0013826-8)

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PAULA BARBOSA CARDOSO - SP241325  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : JULIANO TEIXEIRA DA SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado em favor de JULIANO TEIXEIRA DA SILVA, em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado em execução n. 0005493-36.2020.8.26.0590).

O paciente cumpre pena de 16 anos, 9 meses e 16 dias de reclusão, em regime inicialmente fechado, pela prática do delito capitulado no art. 157, § 2º, II, do Código Penal.

A impetrante alega que a concessão do livramento condicional, antes de qualquer progressão de regime prisional, não caracteriza ofensa ao sistema progressivo de pena, tampouco à orientação consolidada na Súmula 491 do STJ.

Requer, em sede liminar, que o paciente seja mantido em livramento condicional até o julgamento definitivo do presente writ. No mérito, pugna pela confirmação da medida liminar pleiteada.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em habeas corpus é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

No caso, o impetrante não juntou o acórdão do julgamento do agravo em execução interposto perante o Tribunal *o quo*. A deficiência na instrução do writ impede a análise da plausibilidade do pedido de liminar formulado.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo, além de cópia do inteiro teor do julgamento de agravo em execução interposto na origem.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência